

AS FACETAS DA ARQUIVOLOGIA: CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

Lorrayne Sabrina dos Santos Costa¹, Maria Clara Andrade Santos², Mateus Henrique Ferreira da Silva³, Nathalia Jane dos Santos Ferreira Andrade⁴.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/Faculdade de Educação,
lorraynesbrn@gmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/Escola de Ciência da Informação,
mariclara28@ufmg.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais/ Aquacultura, mateush23@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/Escola de Ciência da Informação,
nathalia.jane@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aborda a Arquivologia (também chamada de Arquivística), área que objetiva o estudo e análise das funções, princípios e técnicas do arquivo a serem analisados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos documentos arquivísticos. Trata desde o contexto histórico da Arquivologia, como também da função como conhecimento científico, suas terminologias, a maneira como ocorre a sua gestão e reflexões sobre o papel e a importância dos arquivos na cultura e memória da sociedade, incluindo seu papel na educação.

Palavras-chave: Arquivologia, Contexto Histórico, Criação, Conhecimento Científico, Arquivos.

1. Introdução

Ao falarmos da origem da Arquivologia, podemos remeter às primeiras atividades culturais humanas – cultura sendo a ação simbólica e humana de interpretar o mundo e de produzir registros materiais de qualquer suporte físico; esses primeiros registros materiais constituíram o que mais tarde foi definido como documento de arquivo. Com a invenção da escrita e o estabelecimento das primeiras cidades apareceram as primeiras manifestações de espaços específicos voltados para a guarda e preservação de acervos documentais. (ARAÚJO, 2013 apud SILVA et al, 1991, p. 62) cita o Egito Antigo, o Império Romano, o mundo árabe e chinês no primeiro milênio e a Idade Média na Europa, como os lugares onde se ergueram e consolidaram-se diversos arquivos relacionados com os mais diversos fins – religiosos, políticos, contábeis, etc., porém, a partir do século XV, desapontaram os primeiros traços do conhecimento teórico específico da Arquivologia. Após o Renascimento, veio o interesse pela produção humana, pelo estudo de sua história e evolução política/econômica; surgindo então o interesse pela salvaguarda e preservação dos registros das atividades humanas. (ARAÚJO, 2013, p. 63).

A Revolução Francesa veio para trazer algumas mudanças, como a difusão de

tratados e manuais voltados para procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda de obras, regras de preservação e conservação, assim como uma padronização formal de descrição de peças e documentos, incluindo características de procedência e legitimidade. A produção humana passou a ser vista com olhos patrimonialistas, a ser guardada e repassada para as gerações futuras. Surgiu o conceito de Arquivo Nacional e com ele a formação de grandes coleções com acúmulo de acervos e a necessidade de pessoal qualificado por cursos profissionalizantes com foco nas regras de administração das rotinas destas instituições. No século XIX veio a definição científica da Arquivologia, a partir da constituição do campo das humanidades como ciência. Antes o modelo de ciência era oriundo das ciências exatas e naturais, com ideais matemáticos e processos técnicos e tecnológicos e se expandiu para as ciências sociais e humanas através do Positivismo. O Positivismo ajudou a definir os procedimentos técnicos de intervenção até hoje difundidos na Arquivologia (classificação, avaliação, etc.), desmembrando a Arquivologia de outras áreas, como a História. A entrada na Modernidade enfatizou as especificidades da instituição arquivo, que devia ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. (ARAÚJO, 2013, p. 64). Com o surgimento das teorias funcionalistas (que estuda os fenômenos a partir de uma lógica biológica, um organismo composto por partes que se inter-relacionam exercendo determinadas funções para o equilíbrio do todo), foi enfatizado que o profissional encarregado da administração dos arquivos não deveria ser um historiador; ele deve entender de arquivo e seus aspectos relacionados e não do conteúdo presente em tais arquivos.

2. CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO DA ARQUIVOLOGIA, A ARQUIVOLOGIA E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE

2.1. Objeto de Estudo – Documento Arquivístico e Arquivo

2.1.1. Documento Arquivístico

O termo documento arquivístico (DA), de acordo com Duarte (2007, p. 3): "[...] não é possível estabelecer um só conceito de arquivo", devemos refletir sobre o termo e então sobre seu significado. De maneira sucinta, podemos conceber o conceito de documento arquivístico como o documento produzido no decorrer das atividades de uma pessoa – seja ela física ou jurídica -, independentemente do suporte em que estejam registradas, constituindo evidência, prova e fonte de informação sobre tais atividades. Os DAs são produzidos para atender demandas administrativas, legais e/ou fiscais. Para que seja possível que o DA cumpra seu papel de prova, ele deve possuir seis características: fixidez, autenticidade, imparcialidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. (SILVA, 2020, p. 4). Uma vez produzidos, são eventualmente acumulados – para servirem de prova ou testemunho de um ato.

Independentemente da informação contida nos DAs, o importante é o tratamento recebido a partir de mecanismos que permitam o fácil acesso e a recuperação da informação guardada e contextualizada pelo documento de arquivo.

2.1.2. Arquivo

Já o termo Arquivo, pode ser definido como um conjunto de documentos arquivísticos.

Há também outras definições mais abrangentes como: instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, conservação e acesso a documentos, instalações e/ou móveis de armazenamento. Dessa forma, podemos entender que o arquivo consiste, em palavras brutas, no tratamento dos documentos arquivísticos.

[...] o sistema de informação constituído por um ou mais conjuntos orgânicos de documentos, independentemente da data, forma ou suporte material, produzidos, recebidos ou acumulados naturalmente por qualquer pessoa [...] no exercício de suas atividades, reunidos, organizados e conservados mediante princípios e metodologia científica, como garantia de direitos e como fontes de informação, em um depósito gerenciado por profissional qualificado [...] (SILVA, 2020 apud MORENO, 2004, p. 4).

A principal função de um arquivo é promover acesso aos documentos e às informações, sempre que for necessário, logo, um arquivo não tem sentido se não for possível acessar os documentos e informações nele contido.

A História dos Arquivos

Para um melhor entendimento falaremos brevemente sobre a história dos arquivos, que ao examinar seu florescimento vemos suas origens nas civilizações pré-clássicas até a atualidade. Os arquivos no decorrer de sua trajetória eram instituídos por vários suportes, nos quais as informações eram registradas como, por exemplo, o papiro, papel, pergaminho, entre outros. Na atualidade existem inúmeros suportes como refere Reis, Leonardo (2013, p. 21): “o papel, apesar de ainda ser o suporte mais usado, não é o único — existem muitos suportes nos quais podemos armazenar uma informação: CD, DVD, pen-drive, VHS, microfilme”, dentre outros. Desde o princípio os arquivos servem para guardar a memória de uma instituição ou pessoa, com isso, a história dos arquivos e do homem coexistem. Com o surgimento da escrita surgiram os primeiros arquivos, logo, a necessidade de preservar, como menciona Paes (2004, p. 15) “A escrita é um conjunto de símbolos dos quais nos servimos para representar e fixar a linguagem falada.”

Arquivos-civilizações Pré-clássica

Por meio de arqueólogos constatou-se, conforme Reis (2006, p. 3): “diversos vestígios dos primeiros Arquivos”. Datados ao 4º milênio a.C. nas cidades antigas da Mesopotâmia e do Vale do Nilo, foram descobertas placas de argila, documentos, cartas, documentos de cunho judicial, etc. Na época esses documentos ficavam perto de templos e palácios, juntos de seus *staffs*. Dentre a organização desses documentos se encontram catálogo de descrição e dicionário de línguas antigas, assim foi suposto que eles tinham uma formação superior, desse modo, mostra a importância que esses arquivos possuíam e possuem, revelou-se não como um mero depósito e sim como uma organização hermética e funcional.

Arquivos-Greco-Romanos

Como na Mesopotâmia, os arquivos, leis e decretos, se encontravam em depósitos,

nos palácios e senados. Em Atenas o lugar onde se produziam, guardavam e preservavam os documentos se chamava *Archeion*; “Este conceito irá ser transmitido ao mundo romano[...], como *Archivum*”. (REIS, 2006, p.4). Considera-se que havia arquivos civis e religiosos espalhados em pequenas cidades na Grécia, visto que, detinha um nível técnico elevado em relação à organização de seus documentos. Em Roma, 509 a.C., se estabeleceu o sentido de arquivos públicos com o intuito de conservar, registrar e publicar a ordem do imperador, cada repartição no governo de Roma tinha seus arquivos próprios; *libellis* foi concedido visando atender decisões e consultas importantes para a corte; *congnitiones* se encarregava das demandas judiciais; *rationibus* cuidava das finanças do império, etc., os documentos produzidos aqui eram separados por setores, igualmente ao princípio da proveniência aos fundos arquivísticos atuais.

Arquivos-Medievais

Os arquivos ganham um novo olhar, como prova ou memória de um fato do passado, começa assim, de acordo com Reis (2006, p. 5): “[...] a gestão de documentos vai estar fundamentalmente nas mãos da Igreja [...]” a igreja passa a administrar a guarda dos documentos de instituições, tanto públicas como privadas. No século XII a XIII os arquivos pessoais ganharam mais volume, uma nova etapa surge na história dos arquivos e se emerge com a importância que tinha na antiguidade. As chancelarias eram responsáveis por realizar registro em livros, eram segmentadas em seções orgânicas, administrada por um servidor com especialidade, esse profissional seguia normas, muito parecido com o arquivista contemporâneo. No século XIV, começa aparecer vários arquivos centrais por toda Europa, simultaneamente, os arquivos passam a descentralizar-se e aparecer novas tipologias documentais, por conseguinte nessa época surgia movimentos arquivísticos nas cortes da Europa.

Arquivos-Idade Moderna

Nessa época os arquivos eram centralizados e reformados a serviços do governo, sua importância era notável, alcançando uma função jurídica e política, logo, a criação dos Arquivos do Estado. Nos séculos XVII e XVIII, houve um aumento do saber e erudição arquivístico. “Este período fica, pois conhecido como a época dos Arquivos de Estado”. (REIS, 2006, p. 6).

Arquivo-Período Contemporâneo

Um marco na história da Europa se deu na Revolução Francesa, em 1789, e com isso, os arquivos foram vistos como um meio de direitos dos cidadãos e decisões judiciais da atuação do governo. A criação do Arquivo Nacional da França foi um fator importante para a história dos arquivos concomitante à Lei de 7 Messidor; então, os arquivos deixaram de ser um privilégio centrado nas mãos do governo e passou a ser liberal, de direito aberto à sociedade. No século XIX, o foco é a descrição e elaboração de instrumentos de trabalho para com os arquivos, como, coleções diplomáticas, guias, inventários, etc., nesse ínterim, os arquivos vão se consolidar como fonte de defesa da cidadania e histórica para preservar a memória. Referido por Reis (2006, p.

7) “No século XX vamos pois assistir à consolidação do conceito e função de Arquivo, [...]”, independente do suporte ou forma, se são concebidos por pessoas físicas ou jurídicas, por uma instituição privada ou pública e geradas a partir de sua atividade. Em suma, constatamos que algumas hipóteses arquivísticas já se manifestaram nas civilizações pré-clássicas e em Roma já possuía um complexo grau de organização para com sua administração e documentos, seus princípios eram parecidos com o da arquivologia atual. Já na idade média os arquivos recuperam sua importância, mais adiante, no período da idade moderna os arquivos ganharam metodologias, normas que orientam os princípios arquivísticos, esse período ficou conhecido como “Arquivo de Estado”. Posteriormente, na Idade Contemporânea, os arquivos ganharam várias fontes de produção, muitos suportes e um aumento de massa documental, sendo vital um profissional qualificado para tratar e preservar esses arquivos.

3. Conclusão

Atualmente, qualquer instituição precisa de documentos para se estabelecer, são os arquivos em todas as suas fases ativas que são incumbidos de planejar, organizar, coordenar e fazer a gestão das atividades de um órgão, para que assim, as instituições tenham bons resultados ao desempenhar suas funções, igualmente, para os pesquisadores os arquivos de valor permanente são de vital necessidade para se fazer um estudo do passado. A função do arquivo é fazer a gestão, a guarda e a disseminação dos documentos; esses documentos que são produzidos, recebidos e guardados pelas instituições públicas ou privadas no transcorrer de sua existência, na fase ativa, sendo seu uso primário, já no seu uso secundários eles devem passar por criteriosa eliminação ou recolhimento para arquivo permanente, servindo para pesquisa histórica. De fato, o arquivista, ao executar as funções arquivísticas corretamente, possibilita o objetivo do arquivo, dando assistência a administração, tal como o direito de cidadania e pesquisa. A sociedade usa os arquivos públicos de diversas maneiras, buscando nos arquivos entender sua identidade inserida na comunidade, bem como, sua evolução na história e seu processo de relação com o Estado em que se encontra inserido. Dessa forma, compreende-se que os arquivos conseguem aproximar seus usuários com a sociedade em geral e não só sua relação administrativa, jurídica e o conhecimento histórico. Essa aproximação da identidade cultural, patrimonial e histórica, são consubstanciados por ações, por exemplo, de: visitas, comemorações, ações teatrais e de turismo ligadas ao arquivo, bem como, atividades em conjunto com as crianças e adolescentes em fase escolar, como expõem, Bellotto (2014, p 133): “Trata-se do uso popular do arquivo, especificamente, o do arquivo histórico, como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere.”. A identidade cultural é um direito da sociedade; preservá-la é resguardar a história e a memória de um povo.

Um dos pontos de ligação entre o arquivo e a sociedade é a disseminação cultural, a partir de ações educativas dos arquivos públicos, realizada em diversos países através de exposições, etc., esse conceito chama a atenção do público que vê nesses eventos uma ligação do passado com sua vida diária, tal qual, é a somatória dos saberes, fazeres e comportamentos e experiências de uma sociedade. Para Bellotto (2014, p. 141) “[...] o trabalho da educação patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança

cultural [...]”. Ao decorrer do estudo conseguimos analisar de forma breve a importância da arquivologia para a sociedade, e também sua trajetória. Como mencionado anteriormente, qualquer instituição precisa de documentos para sua organização e considerando que os arquivos de valor permanente são de vital importância, assim surge a necessidade de ser arquivado.

Referências

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v.18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61/25338>>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_7_Bellotto_Arquivo_e_sociedade.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, PT. v. 5-6, n.1, p. 141-151, 2006-2007.

REIS, L. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. **Biblios – Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Ano 7, n. 24, abr. /jun., 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/ARQUIVOLOGIA_FACILITADA.html?id=gWk8YgEACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 30 de out. de 2022.

REIS, L. SANTOS, J. T. **Arquivologia facilitada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28130981_O_Arquivo_e_a_Arquivistica_evolucao_historica>. Acesso em: 30 de out. de 2022.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 228p.